

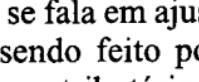
Sem queda de juros não há déficit nominal zero, afirmam empresários

SANDRA NASCIMENTO

SÃO PAULO

Economia - Brasil

Sem redução de juros, não será possível chegar ao déficit nominal zero, como propõe o ex-ministro Delfim Netto. O setor produtivo não suporta mais aumento da carga tributária, chegou a hora do setor financeiro também dar a sua contribuição. Essa é a mensagem que o presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Ivoncy Ioschpe, tem pronta para levar hoje aos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Paulo Bernardo, bem como aos políticos e colegas empresários que estarão presentes ao jantar oferecido por Delfim Netto justamente para debater a proposta.



Paulo Skaf

Ioschpe, também presidente do conselho da Iochpe-Maxion e simpático à tese do déficit zero, vai acrescentar ao seu discurso que os cortes públicos devem acontecer no custeio da máquina, no combate à corrupção e à sonegação, e não em investimentos.

“Sempre que se fala em ajuste, este acaba sendo feito por aumento da carga tributária e por corte nos investimentos. Esperamos que desta vez a história seja diferente e não se tome decisões que diminuam o dinamismo da economia”, disse o diretor-executivo do Iedi, Júlio Sérgio Gomes de Almeida, responsável pelos números que servirão de base às palavras do empresário.

Numa simulação que levou em conta cenários com a combinação juro-câmbio, o Iedi mostra que, com uma Selic de 12% ao ano, associada a um câmbio de R\$ 3,20 por dólar, nos próximos 12 meses, as reduções do custo da dívida resultariam em uma economia de 3% do PIB. “Mesmo num contexto de normalidade (política), haveria muita resistência dos setores produtivos de abrir mão dos recursos, já escassos, se o setor financeiro, que vem registrando lucro após lucro, não colaborasse.”

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, outro líder empresarial que deverá marcar presença hoje em Brasília, o principal destaque a ser dado à reunião de hoje é justamente o fato de o governo debater a questão com o setor privado. Para ele, o setor público precisa seguir o exemplo do setor produtivo.

“Há 10 anos o governo federal não faz nenhum esforço no sentido de ganhar eficiência e produtividade, ao contrário da indústria. Nesse período, aumentamos em 120% nossa produtividade e reduzimos custos com pessoal não ligado à produção”. Para ele, é necessária a tomada de medidas urgentes nesse sentido, caso o País queira sair do círculo vicioso: “governo gasta mais, aumenta os impostos para fazer frente aos gastos, que por sua vez geram mais informalidade, que provocam mais inflação, que causam mais juros...”

O Iedi elaborou três cenários hipotéticos para os próximos 12 meses, com o objetivo de medir os efeitos da taxa de juros e do câmbio sobre o custo financeiro do setor público. O primeiro desses cenários leva em conta uma taxa Selic de 12% ao ano, associada a uma taxa de câmbio de R\$ 3,20 por dólar. O segundo associa uma taxa Selic de 14% ao ano com uma taxa de câmbio de R\$ 3,00 por dólar e o terceiro considera a taxa Selic, atualmente em 19,75%, e uma taxa de câmbio próxima à

média nos últimos meses, de R\$ 2,45. A última combinação, diz o Iedi, equivale à que a atual política econômica “escocheu” como ideal.

Quanto ao custo de juros, ou seja, o custo anualizado da dívida, a diferença entre o primeiro cenário e o terceiro (atual vigente) seria de R\$ 61 bilhões a menos. Em percentagem do PIB projetado para os próximos 12 meses, essas reduções do custo da dívida resultariam em economias expressivas: no primeiro caso (juros a 12% ao ano), chegaria a 3% do PIB.

A síntese dos impactos, continua o Iedi, mostra que uma menor taxa Selic proporcionaria uma diminuição significativa no déficit público ainda que houvesse um impacto maior da desvalorização cambial. Sempre considerando o par juro-câmbio correspondente à orientação da política econômica atual (terceiro cenário), na primeira alternativa, vale dizer, no par combinado taxa Selic de 12% e câmbio de R\$ 3,20 por dólar, haveria redução no déficit público de quase R\$ 32 bilhões.

São esperados hoje em Brasília os seguintes empresários, além de Ioschpe e Skaf: Antônio Ermírio de Moraes, Antônio Ernesto de Salvo, Benjamin Steinbruch, Jorge Gerdau, Márcio Cypriano, José Safra, Pedro Moreira Sales, Roberto Setúbal e Rogério Gólfarb.

Os senadores são Aloizio Mercadante (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Fernando Bezerra (PTB-RN), Renan Calheiros (PMDB-AL), Rodolpho Tourinho Neto (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Representarão a Câmara dos Deputados, além do Delfim Netto, Armando Monteiro (PTB-PE), Carlito Merss (PT-SC), Custodio Mattos (PSDB-MG), Delfim Netto (PP-SP), Eliseu Resende (PFL-MG), Fernando Gabeira (PV-RJ), Francisco Dornelles (PFL-RJ), João Almeida (PSDB-BA), Júlio Semeghini (PSDB-SP), Pauderney Avelino (PFL-AM) e Roberto Brant (PFL-MG).